



REFLEXÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

Reflexiones sobre la geopolítica del conocimiento

Reflections on the geopolitics of knowledge

Pamela Cichoski¹

orcid.org/0000-0002-5890-4518

Marlize Rubin-Oliveira²

orcid.org/0000-0003-3234-7562

LANDER Edgardo. ? Conocimiento para qué? Conocimiento para quien? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemônicos. In: PALERMO, Zulma (org).

Des/decolonizar la universidad. Buenos Aires, Del Siglo, 2015, p. 41-69.

O capítulo de livro intitulado “*¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemônicos*”, de Edgardo Lander, compõe o livro “Des/descolonizar la universidad”, organizado pela professora Zulma Palermo e publicado pela Editorial Del Siglo em 2015. Contém, ainda mais cinco textos, de diferentes autores vinculados a discussão sobre o pensamento latino-americano e reflexões sobre a crise da modernidade, os desdobramentos da globalização sobre as sociedades e os caminhos para a formação de uma universidade pluriversal.

O autor inicia o texto fazendo questionamentos sobre os tipos de conhecimentos que são produzidos nas universidades e para que servem? Ou ainda, esses conhecimentos contribuem para melhorar a vida no planeta, ou servem de instrumentos para potencializar as forças homogeneizantes da economia neoliberal e o avanço da globalização? Esses são os tensionamentos que orientam esse capítulo. Para tanto, o autor dividiu o texto em quatro partes, sendo: I- A globalização e os desafios do nosso tempo; II- As ciências sociais e a legitimação da ordem

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **E-mail:** pamelatraducao@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UTFPR) **E-mail:** marlize.rubin@gmail.com

capitalista; III- A economia: ciência da sociedade, e; IV- As ciências sociais nas universidades latino-americanas.

Na primeira parte o autor discute os efeitos da globalização nas últimas décadas, com ênfase nos países localizados no hemisfério sul, e classificados como em desenvolvimento pela ONU (Organizações das Nações Unidas). Nessa reflexão, o destaque está para a formação de uma sociedade de mercado, principalmente a partir de 1990, bem como a reprodução da colonialidade do saber (sobre as ciências humanas e sociais), existente nos países pobres e seu vínculo histórico ao domínio colonial e neocolonial.

A crítica, baseia-se no fato de que os saberes hegemônicos que estruturam a ciência moderna, constitui-se de conceitos e conhecimentos homogeneizantes, fechados e localizados a partir da Europa, num movimento que desconsidera a diversidade de culturas, povos e saberes presentes nos demais países. Esses conhecimentos são reproduzidos nas universidades, seguindo as regras do discurso global, ligado ao avanço do capitalismo sobre os modos de vida social.

Nesse sentido, de acordo com o autor alguns problemas podem ser identificados associados ao desenvolvimento humano e social, frente a expansão global do capital; I- Processo de globalização econômico-social-cultural, acentua as desigualdades entre os países e no interior dos mesmos; II- O modelo de desenvolvimento hegemônico, associado ao processo contínuo e acelerado de produção-consumo, tem causado impactos graves sobre o meio ambiente, e a biodiversidade (esgotamento dos recursos hídricos, desflorestamento/desmatamento, desertificação, perda da diversidade genética, destruição da camada de ozônio e o aquecimento global); III- A ameaça aos saberes e heranças culturais dos povos originários, pelo avanço da globalização e do modelo civilizatório ocidental; IV- O fortalecimento da democracia liberal, sufocando as bases nacionais e as relações de proximidade (Estado – Povo). Aspecto que potencializa a supressão da soberania nacional (dos países pobres) frente ao avanço do capital transnacional e da multilateralidade econômica e política, sem o movimento de formação de uma institucionalidade democrática global, fortalecendo a concentração do poder num pequeno grupo de detentores do capital.

Esse movimento tem gerado a naturalização da ordem social de mercado, associado a criminalização das resistências, tanto de indivíduos como de Estados, num processo que enfatiza o domínio dos EUA (guerra ao terrorismo) e a política de cerceamento da soberania dos Estados e dos direitos humanos. Desse modo, para o autor, todos estes elementos articulados ao processo de globalização e o fortalecimento hegemônico dos EUA (economia, militar e cultural), geram um *Turbo-capitalismo*, que orienta as agendas internacionais, desdobrando-se principalmente sobre os países de economia mais frágeis.

A ideia central está na passagem de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado, onde o princípio organizador está assentado sobre a vida coletiva, num processo ideológico de naturalização do livre mercado, sem regulamentação, como uma forma de viver, fazer e estruturar a vida social. O Livre mercado – *Laissez faire*, é tomado como natural, o fazer e ser social ocorrem a partir dele.

O problema reside, na incompatibilidade entre Sociedade de livre mercado com a Sociedade democrática. Uma vez que a pressão para a diminuição do estado democrático acompanha a expansão do livre mercado. E toda ação, seja política, institucional, social ou cultural que se oponha a essa noção de sociedade de mercado, é considerada uma ameaça, socialismo, estatismo, populismo etc. Representando a política de ação dos organismos financeiros internacionais, que têm expandido suas agendas sobre os países periféricos, mimando os recursos naturais e orientado o mercado global. Outrossim, o autor fecha este item questionando a atuação e o papel das instituições internacionais, enquanto reguladores do capital.

Na segunda parte do texto, o autor discute o papel das ciências sociais, frente a formação dessa sociedade de mercado, que se quer *ahistorica* e *universal*, fundamentada pelo *individualismo possessivo* e pela tentativa contínua de estabelecer-se como a única ordem social possível. Nesse quadro, configuraram-se geopolíticas que fundamentaram grandes transformações políticas, sociais e econômicas, que reorientaram o pensamento científico. A queda do Muro de Berlim, representou os limites do pensamento crítico, em que as Ciências sociais retornaram à cientificidade objetividade, fundamentada no conhecimento produzido a partir de um pensamento ligado ao “*bloqueio histórico*”, em que se tem a naturalização da sociedade de consumo, formada pelo Sujeito consumidor, ligado à noção de modernidade e globalização.

Na sequência, na terceira parte do texto, o autor discute o domínio da ciência econômica sobre as demais, para entender a realidade e as demandas sociais, justificada pela hegemonia do paradigma neoclássico; (classificação, quantificação e construção de modelos); abstração total dos processos históricos e a consolidação da ideia de progresso. Nesse contexto, a lógica eurocêntrica de crescimento econômico que separa homem, natureza e história, fundamenta a construção de sistema centro-periferia, a existência de um único sujeito *o europeu* e a noção de desenvolvimento.

O desenvolvimento, tem sido compreendido a partir da noção de crescimento econômico e progresso. As instituições internacionais tem, ao longo das últimas décadas lançados programas e agendas globais, propondo ações “de fora pra dentro”, para tentar solucionar problemas como a fome, a pobreza, problemas ambientais. Essas agendas, fundamentam-se na lógica capitalista de crescimento econômico dos países, para possibilitar soluções que minorem os problemas socioambientais, ao mesmo tempo em que se tem o aumentado da pressão sobre os recursos naturais e a falta de equilíbrio no processo dinâmico de renovação dos mesmos.

As possíveis saídas, segundo o autor estão ligadas à mudanças de concepções sobre os modos de vida, ressignificando a relação produção-consumo, na medida em que se considere os limites de renovação dos recursos naturais, as lógicas que orientam os discursos hegemônicos e as agendas internacionais. As inovações tecnológicas e o crescimento econômico dos países pobres, não são os únicos caminhos possíveis para solucionar os problemas socioambientais.

Na quarta parte, o autor discute o papel das universidades latino-americanas para pensar e propor soluções para os problemas sociais, econômicos e ambientais do continente, enquanto possibilidades pensadas “de dentro para fora”. O autor ainda destaca a capacidade de liderança dos universitários ao longo da história, na proposição de soluções, questionamentos e críticas aos sistemas de exploração e violência.

Nesse sentido, aponta três importantes obstáculos para as pesquisas e para as universidades latino-americanas, como: I- a estrutura de parcelamento burocrático dos saberes/conhecimento; II- estruturação disciplinar que encerra as cosmológicas e a organização liberal/ocidental do mundo, funcionando como instrumento de colonialismo intelectual; III- a manutenção de estruturas de saberes/conhecimentos parcelados, que tiram o sentido das questões gerais, como ética, questionamentos para que e para quem se produz conhecimento. Todos estes aspectos reiteram a “necessidade de repensar, valorizar e fortalecer as instituições a partir de si mesma, de baixo para cima” (LANDER, 2015, p.65), como espaço de transformação social.

O texto traz importantes contribuições para repensar a realidade latino-americana, os desdobramentos sociais, culturais, econômicos e ambientais da globalização, como movimento de transformação das sociedades, orientadas para o consumo e para o crescimento sem limite. Outrossim, nos convida a ressignificar os modos de vida em sociedade, as agendas internacionais e os discursos hegemônicos, de modo a promover um debate crítico e reflexivo sobre o papel e a atuação dos órgãos internacionais na configuração de políticas econômicas e sociais no interior dos países pobres, e as reais consequências da busca incessante pelo progresso e pelo fortalecimento econômico.

A busca pelo desenvolvimento, seja sustentável, humano, social e etc. tem centralidade nesta discussão, sendo entendido como um instrumento do discurso hegemônico para justificar a ação dos países centrais sobre os povos, recursos e territórios mais pobres. As agendas internacionais, pensadas por órgão como OMC, FMI, Banco Mundial, estão alinhadas aos interesses do capital, funcionando como instrumentos de perpetuação das forças neoliberais, sobre os recursos humanos e naturais do e no planeta.

Refletir sobre os desdobramentos e impactos da globalização nas diferentes sociedades é um convite necessário para entender a realidade presente e os perigos futuros da sociedade de

³ Tradução nossa

consumo. A idealização da sociedade de consumo, contradiz os interesses democráticos, os saberes ancestrais e cosmológicos, bem como modos de vida que fogem da lógica de mercado e a conservação ambiental, enquanto princípio orientador de conservação da vida no planeta. Sem mais, recomendamos a leitura do texto, tendo em mente a importância crescente do tema da produção de conhecimentos para a compreensão do lugar que ocupamos na universidade.

Recebido em: 08 de fevereiro de 2023

Aceito em: 17 de março de 2023

